SOBRE A REVISTA

Somos uma crítica ao machismo dentro do movimento anarquista, e ao feminismo reacionário cooptado pelo capitalismo.

Não só homens são revolucinários, portanto nem só homens podem ser reacionários.

Afrontamos e homenagiamos não à base de uma ideologia, mas à uma base de integridade pessoal e política que visa o extermínio do Patriarcado, da Supremacia branca, do Fascismo, e do Capitalismo.

ainimiga.noblogs.org
spfr.noblogs.org

CRÉDITOS



CAPA 1
Fernanda Ketsia
@Fernanda_ketsia



CAPA 2
Inner Galaktik
innergalaktik.com

ARTISTAS:
John Heartfield [p2]
Talita Amâncio [p3]
Vitor Ciosaki [p16]
Campos Roxos [p31]
Marcos Paulo Artes
EDIÇÃO/DIAGRAMAÇÃO:
Coletivo Anônimo

TRADUÇÃO DE:Lucy Parsons
POR:Coletivo Anônimo e
Anthea Xavier

POESIA: Sophia Araújo e Campos Roxos
ARTIGO: Mirna Wabi-Sabi, Larissa Santos, Ana Tabosa, Angela Roberti, Ingrid Souza, Valter Bitencourt, INFOGUERRA e Festival do Filme Anarquista e Punk de São Paulo

a INIMIGA da RAINHA #2



Combatendo a invisibilidade:

MARIA LACERDA DE MOURA

Quando ouvi falar da Maria Lacerda de Moura pela primeira vez, só consegui achar pequenos trechos de textos dela na Internet, e nada traduzido pro inglês. Quando finalmente voltei pro Brasil, procurei uma biblioteca anarquista com a esperança de poder pegar e ler algo dela em mãos. E foi exatamente isso que aconteceu. A edição de Serviço militar obrigatório para mulheres? Recuso-me! Denuncio! é épica; frágil e imortal ao mesmo tempo. A capa dura, áspera, vermelha, sem dúvida era mais clara e vibrante 80 anos atrás.



As páginas duras, quebradiças e longe de ser brancas, nem sempre abrigam palavras, provavelmente por causa do método de impressão da época. E o cheiro de vida e história é o mais perto que chegamos, sem nos mexer, do que sentimos quando achamos a maior e mais velha árvore da floresta.

É necessário se acostumar com o português antigo. E pra mim foi desconfortável ler uma ideia de feminidade pouco queer (da época e infelizmente ainda existente hoje). Mesmo assim, o binarismo de gênero é abordado criticamente. O mais fascinante do livro é o feminismo interseccional tão a frente de seu tempo. Maria Lacerda reconhece o que hoje chamamos de feminismo branco; a mulher burguesa que não se preocupa com a justiça social, e a mulher que visa inserir-se no mundo machista da guerra e do Estado, ao invés de combatê-lo. Para ela, reconhecer o classismo e ser contra o Estado já eram coisas inseparáveis da ideia de ser contra o sexismo, isso mais que 50 anos antes de Crenshaw nos ter apresentado ao termo “interseccionalidade”.

[Arte: Talita Amâncio
@talita.amancio_tattoo]

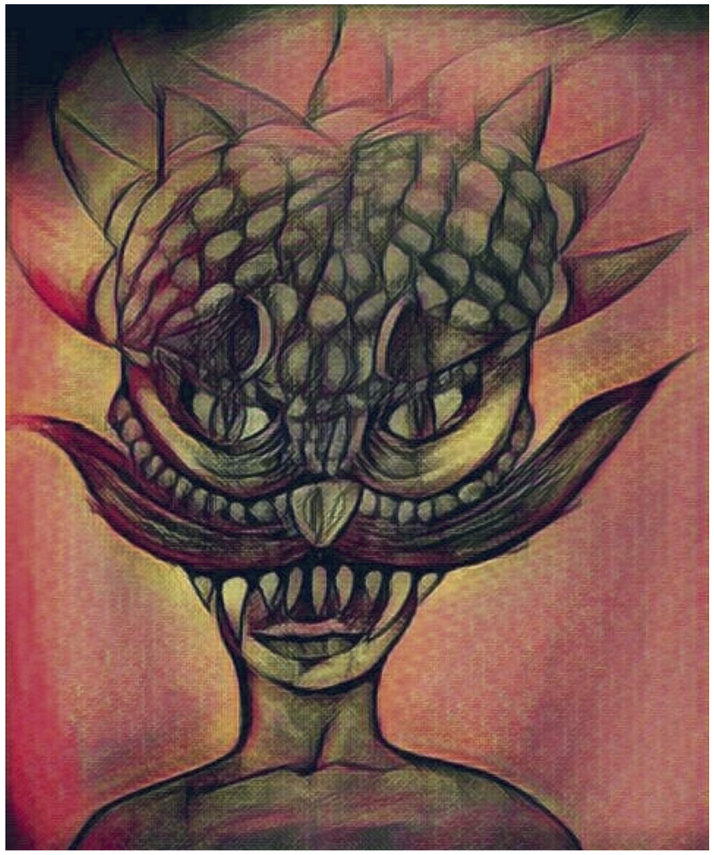
Tirando a camisa de força

Quando questiono a razão
E não é constante,
Não encontro o que não é voz
Sou máscara de cabeça atroz
Parca que movimenta o profundo
Palavra que se arrasta
Em sentido confuso

Mulher...
Tem uso?
Corre do padrão,
Atua contente,
Conta o que escorrega entre dedos
De raiva range os dentes

Não me vista branco
Não me vista medos
Não quero
Nem paz mística – religiosa
Nem quarto fechado – psiquiátrico
Nem contrato tétrico – casório

A luz sem regra
Não é deusa
Espelha seu nome
Consome imagens e rezas
Não basta...
Ainda há terras, pão e fome



O quarto lacrado por dentro
Isenta convenções
Remedia emoções
Louca
Quebro o espelho
Mas não basta
Ainda há guerras, luta e receio

As relações afetivas...
Elite individualista
Máscara de desejos compartilhada
Pacto, anel, vida programada
Ainda não basta...
Há o que questionar no amor

Posto que beijos já possuem dono
Morto é o corpo, o sexo, sem magia de encontro
O reflexo reforça o espelho
Neste sou invisível, egoísta
Não quero camisa de força
Ou previsível mania

Não quero escapar apenas em poesia...
Quero pintar o caos na tradição
E amar revolução

[Arte/Poema: Campos Roxos]

Citações

Por que refletir sobre as mulheres anarquistas através da história

[1]Gostaria de indicar aqui, para quem ainda não conhece, duas leituras para inteirar-se melhor sobre a história dessas mulheres: **"Mulheres anarquistas: o resgate de uma história pouco contada"** é resultado de uma compilação de cartilhas sobre mulheres anarquistas, fruto das pesquisas de Mabel Dias e do Coletivo Insubmiss@s. Outra indicação é o livro de Edgar Rodrigues **"Mulheres e anarquia"**. Os dois textos podem ser encontrados no formato PDF na internet.

Memória da luta feminina pela Anarquia: Juana Rouco Buela e Maria de Lourdes Nogueira (Buenos Aires e Rio de Janeiro)

[1] Angela Maria Roberti Martins é Doutora em História Social pela PUC-SP. Docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO). Jovem Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ.
[2] Ingrid Souza Ladeira de Souza é mestranda em História Social pelo PPGH/UNIRIO. Bolsista FAPERJ e membro do Grupo de Estudos Libertários GEL/UNIRIO).

[3] Tratava-se de uma organização anarquista que teve força para promover alguns atos públicos em sedes sindicais com a presença de grande número de operários. (PEREIRA, 2012, p. 71-72).
[4] O Partido não possuía um caráter político-partidário em si; constituía, acima de tudo, "(...) uma organização de emergência, fundada num ambiente de fermentação do movimento internacional, consequente da repercussão provocada pela Revolução Russa", segundo o tipógrafo, jornalista e militante libertário Edgard Leuenroth. (MUNIZ BANDEIRA et al, 1967, p. 159). Essa espécie de agremiação "(...) deveria estimular o diálogo entre os partidários da revolução", seguir os princípios do ideário anarquista, "(...)condenando a ação política partidária e defendendo o federalismo dos núcleos afiliados". (SAMIS, 2002, p. 267).
[5] Sobre as "Bases de Acordo" do Partido Comunista do Brasil e da Liga Comunista Feminina, consultar A Plebe, edições de 19 de abril de 1919. p. 3. e de 24 de maio de 1919. p. 2.

Sumário

Combatendo a invisibilidade: Maria Lacerda de Moura [Mirna Wabi-Sabi] . . . **2** *[continua na pagina 4]*

Por que refletir sobre as mulheres anarquistas através da história [Larissa Santos] . . . **5**

Bakunin e a Educação Libertária [Ana Rita Santos Tabosa] . . . **7**

Anarquismo e Audiovisual: algumas reflexões [Festival do Filme Anarquista e Punk de São Paulo] . . . **10**

O Negro, A Negra [Lucy Parsons] . . . **15**

Combatendo a invisibilidade: Lucy Parsons [Mirna Wabi-Sabi] . . . **19**

Poesia de uma vira-lata [Sophia Araújo]. . . **20**

Memória da luta feminina pela Anarquia [Angela Roberti e Ingrid Souza] . . . **21**

Urbanocentrismo [INFOGUERRA] . . . **28**

Citações . . . **30**

Tirando a camisa de força [Campos Roxos] . . . **31**

Sobre a Revista/Creditos . . . **32**



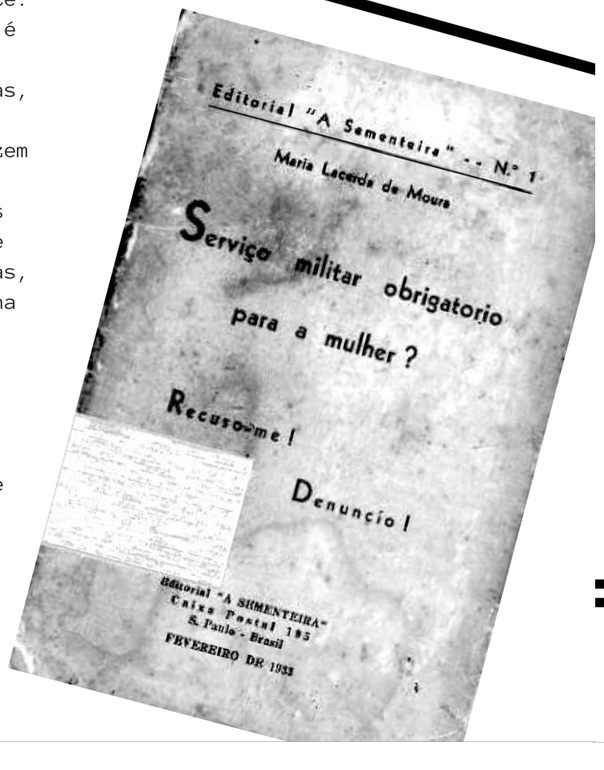
[Arte: The Official John Heartfield Exhibition]

É importante reconhecer que nós no Brasil consumimos ideias do “exterior” e invisibilizamos conhecimento e pensadoras daqui. O eurocentrismo é uma força multi-centenária que todos e todas nós internalizamos, independentemente de atuais afiliações politicas. Livros de Maria Lacerda de Moura não foram traduzidos, ou até mesmo republicados, enquanto textos de pensadores (predominantemente homens, brancos, ocidentais) são reproduzidos e traduzidos incessantemente por décadas. Não acredito em momento algum que isso seja associado à relevância histórica e política do trabalho dela, mas sim um resultado da inegável força de invisibilização histórica exercida pelo Patriarcado neo-colonial.
Lucy Parsons, assim como Maria Lacerda, é uma mulher que deve ser urgentemente removida da obscuridade. Esse ano, 2018, o New York Times admitiu que seu obituário, desde 1851, tem sido dominado por homens brancos, e criou um tipo de coluna dedicada a mulheres que foram negligenciadas e omitidas.

“[Q]uem é lembrado[(a)] – e como – inerentemente envolve julgamento. Olhar para trás nos arquivos obituários, portanto, pode ser uma dura lição de como a sociedade valorizava várias conquistas e conquistadores”.

A desconstrução desse processo misógino e racista de julgamento de valor é muito recente. Está acontecendo tarde, e devagar. Portanto, é nossa responsabilidade interromer a invisibilização de mulheres, e negros e negras, da conjuntura política anarquista. Por que quando homens, predominantemente brancos, fazem afirmações políticas com as quais não concordamos, ainda os citamos como pensadores importantes? Enquanto mulheres, especialmente negras, não só não são citadas, não são vistas, e têm suas existências apagadas ou escritas na história da perspectiva de um homem.

A Inimiga da Rainha é a nossa iniciativa de combate à subjugação de mulheres revolucionárias; combate à invisibilização e silenciamento de nossas vozes, e das vozes de nossas ancestrais.



Sonhos estes que escravizam a mão de obra de meus manos que tão disputando uma diária de pouco mais de 30 conto no monopólio da banana que abastece a metrópole, fazendo serviço triplo: batendo veneno, cortando cachos maduros e transportando até os caminhões.
Eu sou migrante e também sofro com as sequelas causadas pelo urbanocentrismo. Uma vez um mano me disse que “o conhecimento é extremamente importante, mas nós precisamos ter cuidado pra não viajar demais nas idéias e esquecer de nossas raízes”.
Infelizmente, de alguma forma, também sou infectado por esta doença. Mas não posso deixar que ela tome meu corpo e minha mente por completo. Pra isso preciso manter meus pés no chão, próximos às minhas raízes. Sempre em contato com quem também é migrante, com quem veio e com quem vive na mesma realidade da qual eu vim. E mais do que isso, observar, estudar e tentar compreender a estrutura de dominação que força minhas conterrâneas e conterrâneos à abandonarem seu local de origem. Observar, estudar e tentar compreender a história e a ancestralidade dos lugares e das pessoas que me ensinaram à caminhar e a lutar por minha vida.



URBANOCENTRISMO

INFOGUERRA

Pra quem nasceu e cresceu na metrópole é bem comum a convivência com uma gigantesca diversidade e interatividade entre culturas e com uma vasta disponibilidade de informação circulando das mais diversas formas, assim como a rápida transformação dos costumes, das tecnologias, das ruas…
Pra quem nasceu e cresceu, e que veio ou vive nos interiores em que a urbanização não é tão latente, tudo isso é muito mais difícil de ser acessado, conquistado e assimilado. É por isso que damos tanto valor à coisas que pra muitas pessoas parecem ser minúsculas ou ridículas e que pra nós são grandiosas.
Para os meus antepassados, a contemplação é algo fundamental e a fugacidade, a velocidade com a qual as coisas se desmancham na metrópole, muitas vezes é aterrorizadora. A valorização do que é construído de forma lenta, mas “bem feita”, observando os mínimos detalhes é muito mais importante do que se entupir de mil tarefas e informações e não conseguir dar conta de tudo. O que inclusive é fonte de diversas doenças modernas.

Para as migrantes e para os migrantes que vêm de uma realidade pobre do interior, a discriminação contra seus costumes, sotaque, cor, vestimenta, pensamentos e práticas é uma ameaça constante. Mas como a maioria se arrisca na Babilônia sem ter respaldo de alguém que pode fortalecer quando o bicho pega, acabam aprendendo à gingar, à dissimular, à jogar com essas discriminações, se adaptando ao que a nova realidade pede. Muitas e muitos acabam abandonando seus costumes com o passar do tempo e recarregam suas antigas práticas ao se reencontrarem com outras e outros migrantes.

Outras e outros carregam consigo a melancolia somada com a sensação de derrota por não conseguir retornar pra casa com a missão cumprida e com a conquista nas mãos. Muitas e muitos acabam indo morar nas ruas, por falta de assistência. Muitas e muitos morrem, assassinados por uma violência urbana ao qual não estão acostumadxs.
Algumas e alguns conseguem alcançar lugares de prestígio e experimentar e compartilhar privilégios já com a meia idade chegando, depois de terem doado toda uma vida de sangue e suor e comprometido todas as suas economias em parcelamentos extensos que lá na frente se tornam as dívidas que, se não houver cuidado, levam à falência.

Sinceramente, eu não conheço nenhuma família que veio de onde eu vim e de outros interiores que conheci que não tenham um histórico de batalha e sobrevivência em condições extremas e mantenho um pensamento de revolta e combate contra a discriminação direcionada à essas pessoas que são invisibilizadas no cotidiano da metrópole.

Pra mim, existe uma doença social que eu não sei se é identificada pela ciência tida como “oficial”, mas que eu costumo chamar de URBANOCENTRISMO, que impede as pessoas de conseguirem enxergar para além da estrutura das grandes cidades, como se houvesse uma enorme redoma ao redor da metrópole que impedisse o acesso a outros lugares ou que transformasse os outros lugares em utopias desconectadas da realidade e que só podem ser acessadas de vez em quando nos sonhos. Sonhos estes que dão origem às máfias turísticas que fazem das paisagens dos interiores um produto de consumo acessível para quem tem muita grana. Sonhos estes que transformam as nascentes dos rios em poços de veneno e chorume despejado pelo agronegócio que abastece a metrópole.

Por que refletir sobre as mulheres anarquistas através da história

Larissa Santos

* *As citações se encontram na página 29*

As narrativas sobre o passado têm sido escritas majoritariamente por homens e os feitos destes priorizados. Sempre que pensamos em revoluções, em movimentos e revoltas populares, em ações de resistência contra alguma figura de opressão, ou em grandes descobertas científicas, para citar alguns exemplos, a história nos remete a figuras masculinas. No campo da escrita da História, foi preciso uma grande pressão de historiadoras e feministas para que as mulheres fossem reconhecidas pelos papéis que desempenharam nas transformações pelas quais passam a sociedade ocidental e para afirmar seu espaço na produção do saber.



Quando nos debruçamos sobre o estudo da história do Anarquismo nos deparamos com problemas semelhantes. É uma história que nos faz parecer ser conduzida por homens. Lembramos primeiramente de Bakunin, ou Proudhon, enquanto que a participação de mulheres libertárias é negligenciada. A própria prática de organizações libertárias pode cair no erro da hierarquização de pautas que relegam a luta especificamente feminina à segundo plano. Foi o caso, por exemplo, da postura da CNT (Confederación Nacional del Trabajo) e FAI (Federación Anarquista Ibérica) com relação ao grupo anarcofeminista Mujeres Libres, recusando-se a legitimar as bandeiras de luta específicas das mulheres no contexto da Revolução Espanhola (1936-1939).

É no sentido de ir na contramão da representação majoritariamente masculina da história, de dar destaque às vozes femininas silenciadas e lutar por uma sociedade igualitária, sem hierarquização de gênero, que vale a reflexão sobre as mulheres anarquistas através da história, pois, seria coerente a luta pela emancipação de toda a humanidade se silenciarmos as opressões específicas das minorias e desconsiderarmos suas formas de resistência através dos tempos?

Na história do movimento anarquista, grandes nomes femininos marcaram sua presença, não só através de ações práticas, mas também contribuindo com novas questões ao pensamento libertário. Para citar apenas algumas, temos Louise Michel, Lucy Parsons, Voltarine de Cleyre, Emma Goldman e aqui no Brasil Maria Lacerda de Moura.

Essas mulheres, além de defender as bandeiras gerais do anarquismo, pensavam sobre a condição da mulher na sociedade capitalista, reivindicando o domínio feminino de seus próprios corpos, adquirindo o poder do controle de natalidade, defendendo o amor livre, a maternidade livre, a educação como um meio de libertação da mulher da lógica hierárquica de gênero da sociedade, defendendo a igualdade no contexto do trabalho.

Contudo, nem só de grandes nomes se faz a história. O que teria sido, por exemplo, do movimento operário brasileiro no início do século XX sem cada trabalhadora libertária que "anonimamente" estava a frente de greves, que estava divulgando a liberdade pregada pelo ideal anarquista através dos sindicatos, do teatro operário, dos jornais libertários e tantos outros meios? Que, além disso, estavam lutando pela liberdade feminina? Elas também fizeram história[1].

A ideias e práticas dessas mulheres atravessaram os tempos reverberando nas conquistas que nós alcançamos hoje. A liberdade à autonomia dos corpos femininos alavancou-se a partir da década de 1970 através do que nós conhecemos por feminismo de 2º onda, geralmente associado às feministas socialistas e marxistas, mas na história não existe um ponto de partida, iniciado do zero, de onde as mudanças ocorrem, ao contrário, as mudanças são decorrentes de processos de transformações anteriores, o que exclui as ideias de originalidade de um fenômeno. Acontece que este passado, sem gênese e processual, sempre se apresenta como uma espécie de referência ao nosso presente e nesse sentido as ideias disseminadas por mulheres como Maria Lacerda de Moura, dentre outras libertárias, citadas aqui anteriormente, já no início do século XX, lançaram luz à luta das mulheres e podemos dizer que essa luz nos alcança até os dias de hoje, mesmo que seus nomes não sejam amplamente lembrados para além dos meios anarquistas.

Resgatar a ação das mulheres no tempo é uma forma de resistência ao silenciamento que nos é imposto. É expor e debater nossas demandas, garantir os lugares que conquistamos e onde antes tínhamos acesso negado. É nesse sentido de resistência que a reflexão sobre a história das mulheres anarquistas, não apenas para construir narrativas que demonstrem sua participação e relevância nos eventos históricos, mas antes disso, para que esse passado nos sirva de referência para continuar escrevendo nossa história em um momento em que presenciamos uma onda de conservadorismo e retrocessos que ameaçam nossas conquistas e querem nos congelar no tempo.

Nossas batalhas, enquanto mulheres, ainda estão longe de estar ganhas. A história da liberdade feminina, tecida com a colaboração de mulheres libertárias, é também construída por nós a cada pequena luta cotidiana e, em um plano maior, a cada luta pela conquista e garantia de nossos direitos. Que continuemos resgatando e escrevendo nossa história e que assim busquemos lançar nossas luzes ao futuro, para que possamos chegar ao tempo em que não mais seremos oprimidas. pouquinho de texto

Em artigo publicado na revista A Obra, dirigida por Florentino de Carvalho, em agosto de 1920, manifestava-se de forma incisiva e audaciosa, considerando-se a ação policial da época, caracterizada pela invasão e perseguição violentas a redações de jornais anarquistas e a sedes de agremiações libertárias. Escrevia ela: "Desde que me alistei nas fileiras dos combatentes pela nova ordem social assumi implicitamente a responsabilidade enormíssima de pugnar, sem tréguas, para o advento da nova era, em que há de existir mais justiça e mais harmonia entre os homens.!" (RODRIGUES, 1997, p. 117-118).

Juana Rouco Buella e Maria de Lourdes Nogueira foram testemunhas reveladoras da experiência feminina do anarquismo na Argentina e no Brasil. Por meio da análise de alguns exemplos da atuação dessas militantes, verifica-se a presença ativa das mulheres nas lutas sociais e políticas que marcaram a história desses dois países sul americanos. Elas se manifestaram com arrebatamento para defender os ideais libertários, sendo firmes no combate à exploração do capital, determinadas na contestação das ideologias que procuravam justificar sua condição de subordinação. Impuseram resistência e força ante todo um sistema de valores que subordinavam o trabalho ao capital; o feminino ao masculino. Elas, assim como outras mulheres militantes, escreveram uma história de luta e resistência que é preciso perscrutar para fazê-las sair da sua invisibilidade.

Fontes

A Voz do Trabalhador (Rio de Janeiro) 1914.
Liberdade. (Rio de Janeiro) 1919.
Voz do Povo (Rio de Janeiro) 1920.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis; ANDRADE, A. T. O ano vermelho. A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
BUELA, Juana Rouco. Historia de un ideal vivido por una mujer. Madrid: La Malatesta Editorial, 2012.
_____. Mis proclamas. Santiago do Chile: Editorial Lux, s/d.
CORREIA, Francisco. Mulheres anarquistas. In: PRADO, Antônio A. (org.). Libertários e militantes: arte, memória e cultura anarquista. Campinas: UNICAMP, 1985. p. 43-60.
FINET, Héléne. Prólogo. In: Historia de un ideal vivido por una mujer. Madrid: La Malatesta Editorial, 2012.
LEITE, Miriam M. Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura. Rio de Janeiro: Ática, 1985.
MARTINS, Angela Maria Roberti. "Mulher liberta-te!": O anarquismo e as mulheres. In.: LIMA, Jacqueline de Cassia Pinheiro; MARTINS, Angela Maria Roberti; SANTOS, E. M. (orgs.). Pensando a História: reflexões sobre as possibilidades de se escrever a História através de perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
MARTINS, Angela Maria Roberti; SOUZA, Ingrid S. Ladeira. Anarquismo e Guerra: aspectos das concepções anarquistas sobre o Primeira Guerra Mundial. Anais/ X Semana de História Política: Minorias étnicas, de gênero e religiosas/ VII Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade; Organização: Eduardo Nunes Alvares Pavão, João Paulo Lopes, Layli Oliveira Rosado e Rafael Cupello Peixoto- Rio de Janeiro: UERJ, PPGH, 2015.
PEREIRA, Astrojildo. A formação do PCB (1922-1928). 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2012.
RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
_____. Anarquismo e feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Achiamé, 1998.
RODRIGUES, Edgar. Nacionalismo e cultura social; 1913-1922. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972.
_____. Os companheiros. Florianópolis: Insular, 1997.v. 4. pp. 116-118.
SAMIS, Alexandre. Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002.

As atividades do grupo eram amplas, abrangendo a organização de conferências, de congressos e de cursos, com destaque para as novidades da ciência na preparação das mulheres. Finalizando o manifesto, o Grupo sinalizava para a inclusão de todas as mulheres, independente "...de raça, nacionalidade, crença ou profissão". (Voz do Povo, Rio de Janeiro, 7 fev. 1920. p. 2). E conclamava "professoras, funcionárias, costureiras, floristas, operárias ...trabalhadoras em artes domésticas" (Voz do Povo, Rio de Janeiro, 7 fev. 1920. p. 2), para a luta pela liberdade pessoal, social e intelectual da mulher.

Para além da Liga e do Grupo, Maria de Lourdes teve atuação nos movimentos grevistas. Por ocasião da greve da Cia Leopoldina Railway, em 1920, considerada como um dos movimentos que se aproximou da greve geral idealizada pelos anarquistas, sua atuação marcante. Acreditando na greve geral revolucionária, ela e demais mulheres integrantes do Centro Feminino de Estudos Sociais mobilizaram-se a favor dos grevistas que sofriam toda a ordem de perseguição policial e mesmo de prisão, conforme noticiou a folha operária Voz do Povo. (Rio de Janeiro, 29 mar. 1920, p. 1).

O discurso da professora Maria de Lourdes Nogueira nesse comício da Praça da República foi dirigido, mais uma vez, "às companheiras". Diante de uma multidão que reunia simpatizantes da causa dos trabalhadores, grevistas e líderes de diversos movimentos pró-proletariado, principalmente os integrantes do movimento anarquista, a militante defendeu o direito de greve, atacando a burguesia, ali representada, sobretudo, pelos patrões antigreve e pela imprensa burguesa, a qual inflamava a revolta dos burgueses contra os proletários.

Nas palavras que dizia para o grande público, a militante ressaltava o apoio de diversos trabalhadores participantes de associações espalhadas por estados do Brasil, como São Paulo, Bahia e Pernambuco. (Voz do Povo. Rio de Janeiro, 29 mar. 1920, p. 2).

Maria de Lourdes, acreditando que a revolução era iminente, conclamava as mulheres a se inteirar do ideal anarquista com vistas a uma participação decisiva na transformação da sociedade. Aproveitando-se de um momento de insatisfação social geral, pois à greve da Leopoldina juntou-se a paralisação de outras categorias profissionais, a anarquista denunciou as contradições da ordem capitalista, apontando o anarquismo como o caminho para a libertação e o bem-estar da humanidade.

Acentuando em seu discurso o tema central da exploração típica do sistema capitalista, Maria de Lourdes denunciava a miséria operária, a qual impunha aos trabalhadores uma vida de privações. Segundo ela, eles eram vítimas dos piores males da sociedade capitalista, sendo submetidos a situações degradantes, comparáveis à escravidão.
Enquanto trabalhavam duramente por longos anos na Companhia inglesa, verbalizava a militante, geravam riquezas somente para os patrões e o governo, deixando explícito que a luta contra o Capital e contra o Estado deveriam ser constantes.

A experiência libertária de Maria de Lourdes foi além das organizações grupais e dos protestos públicos. Assinou alguns artigos na imprensa libertária, revelando determinação na luta pelos ideais anarquistas, coragem na defesa dos companheiros perseguidos e deportados pelas autoridades governamentais, consciência da necessidade de transformação social e esperança na chegada da Anarquia.

BAKUNIN E A EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA

Ana Rita Santos Tabosa

Há um pequeno conto de caráter autobiográfico de Jack London intitulado O que a vida significa para mim em que ele faz a seguinte afirmação a respeito do sistema capitalista:
Todas as coisas são mercadorias, todas as pessoas são compradas e vendidas. A primeira coisa que o trabalhador tem para vender é a força física. A honra do operariado não tem preço no mercado. O operariado tem músculos e somente músculos para vender, mas há uma diferença, uma diferença vital. Sapatos, credibilidade e honra têm como se renovar. Constituem estoques imperecíveis. Mas músculos, estes não se renovam. Quando um comerciante vende seus sapatos, repõe o estoque. Mas não há como repor o estoque da energia do trabalhador. Quanto mais vende sua força, menos sobra para si. A força é sua única mercadoria, e cada dia seu estoque diminui. No fim, se não morreu antes, vendeu e fechou as portas. Está arruinado fisicamente e nada lhe restou senão descer aos porões da sociedade e morrer na miséria (LONDON, 2005, p. 21 – 22).

Esse pequeno trecho serve para demonstrar a realidade da classe trabalhadora. Convertida em mercadoria, condenada a trabalhar praticamente até a morte e sem direito de usufruir dos frutos de seu trabalho, não poderia ter nenhuma perspectiva de mudar essa situação senão por meio de uma revolução. Como já foi apresentado anteriormente, Bakunin era um dos filósofos que defendiam a revolução como única forma de transformar a sociedade, pondo fim às desigualdades sociais.
Para o filósofo russo, essa revolução deveria ser radical. Deveria abolir de vez o Estado e o direito à herança, garantindo dessa maneira a possibilidade de todos terem iguais condições de desenvolverem suas aptidões e habilidades. Na visão de Bakunin, a educação burguesa refletia a organização social desse tipo de sociedade, em que poucos teriam acesso à escola. Dessa forma esse tipo de sociedade garantiria o domínio de uma minoria culta sobre uma massa de ignorantes, relegando essas pessoas à condição de terem como única forma de sobrevivência a venda de sua força de trabalho. A verdadeira transformação social, na opinião de Bakunin, deveria ter como uma de suas metas abolir todas as formas de desigualdades, inclusive as de ordem educacional.

A divisão entre os homens de gênio e aqueles que nasceram para os trabalhos manuais deveria ser extinta. O processo educacional proposto por Bakunin estava diretamente associado à sua visão socialista. A ideia de Bakunin em implantar uma instrução integral iria além do processo educacional em si, ele pretendia humanizar os trabalhos manuais, como uma forma de igualar todos os homens.

[...] Enquanto houver dois ou vários graus de instrução para as diferentes camadas da sociedade, haverá necessariamente classes, quer dizer, privilégios econômicos e políticos para um pequeno número de afortunados, e a escravidão e a miséria para a maioria (BAKUNIN, 2003, p. 69).

A educação da forma como era ministrada não propiciava nenhuma transformação

social, pelo contrário ela era instrumento de manutenção dos privilégios das classes mais abastadas. Para Bakunin, o desenvolvimento científico e tecnológico que ocorria em sua época só servia para aumentar a miséria e a exploração dos trabalhadores, uma vez que, estes não tinham acesso aos meios de produção e nem ao conhecimento científico.

A solução desse problema estaria na implantação de um programa de instrução integral que unificasse os trabalhos manuais e intelectuais. Esse programa estaria de acordo com o novo modelo social que deveria ser implantado, modelo esse que aboliria todas as formas de desigualdades econômicas e políticas. Não havendo desigualdades dessa ordem, não deveria também haver separação entre intelectuais e trabalhadores, pois isso se configuraria em uma forma de distinção de classes.

No projeto de instrução integral proposto por Bakunin, a igualdade deveria ser absoluta e a liberdade dos indivíduos deveria ser totalmente respeitada, garantindo a todos o direito de manifestar sua opinião e de querer ou não se associarem. Essa igualdade, assim como, a liberdade advinda dela, seriam produtos da abolição do direito à herança.

Enquanto esse direito existir, a diferença hereditária das classes, das posições, das fortunas, a desigualdade social, em resumo, e o privilégio, subsistirão se não em direito, ao menos de fato [...] a sociedade permanecerá sempre dividida em duas partes desiguais, das quais, uma imensa, compreendendo toda a massa popular, será oprimida e explorada pela outra. Assim o direito à sucessão é contrário ao triunfo da liberdade e se a sociedade quiser tornar-se livre deverá aboli-lo (BAKUNIN, 2009, p. 43).

Contudo, a abolição do direito à herança não terminaria de imediato com a desigualdade, ela permaneceria, porém mais enfraquecida. A desigualdade que persistiria, segundo Bakunin, seria de ordem produtiva, pois cada um teria capacidades distintas de força e energia produtivas. Essa desigualdade deveria ser minimizada por meio de um processo educacional e de um sistema de organização social igualitários.



A educação para Bakunin, não deveria ser responsabilidade nem de escolas privadas e nem do Estado, ambos teriam como missão perpetuar um sistema de exploração e de submissão. Segundo ele, a educação seria uma responsabilidade de todos os indivíduos. Os pais conservariam seus filhos e os educariam sob a tutela e a responsabilidade de toda a sociedade. As crianças não deveriam ser consideradas como propriedade nem dos pais e nem da sociedade, elas pertenceriam a si mesma e já deveriam ser consideradas como indivíduos potencialmente livres.

Outra preocupação de Bakunin dizia respeito à questão da situação das mulheres em sua época, uma vez que elas eram responsáveis pela educação das crianças e, por

O funcionamento da Liga foi breve, porém marcante, procurando mobilizar as companheiras no sentido da sua emancipação. (Liberdade, Rio de Janeiro, jul. 1919, p. 2). No mesmo ano da fundação, já sofria o assalto da polícia num caso típico da rotina repressiva que marcou o governo Epitácio Pessoa (1919-1922). Mas, enquanto pôde funcionar, a Liga teve, por exemplo, importante papel no combate a um suposto decreto, apócrifo, por certo, que corria o mundo e divulgava ideias segundo as quais o governo russo estabelecera a socialização das mulheres na Rússia revolucionária. (MARTINS, 2013, p. 34).

Segundo um manifesto, escrito e distribuído pela Liga Comunista Feminina, com o objetivo de esclarecer a verdade dos fatos, esse tal 'decreto' anônimo que "horrorizou todo mundo e[ra] obra dos propagandistas anti-bolchevistas que t[inham] dinheiro e meios em abundância para o seu trabalhinho". Argumentava, ainda, que o decreto só poderia ser obra dos burgueses para desmoralizar as ideias socialistas presentes na Revolução de Outubro, fazendo o seguinte esclarecimento: "(...) os bolchevistas e os anarquistas, longe de pensarem em socializar as mulheres, o que desejam é que tanto para elas como para os homens haja inteira liberdade e independência".

Maria de Lourdes Nogueira esteve à frente, também, da fundação, em 22 de janeiro de 1920, no Rio de Janeiro, do Grupo Feminino de Estudos Sociais, uma organização de feição educacional que tinha por meta o aprimoramento da mulher. Sua proposta era libertar a mulher do único aprendizado que a sociedade lhe permitia: o maternal e o doméstico, para inseri-la num horizonte intelectual capaz de levá-la a refletir sobre as condições históricas da sua dominação.

O Grupo publicou Um manifesto à mulher brasileira na imprensa operária, esclarecendo que sua proposta consistia em "...agremiar as mulheres emancipadas do Brasil, a fim de combater sistemática e eficazmente a escravização clerical, econômica, moral e jurídica, que asfixia[va]m, degrada[va]m e avilta[va]m o sexo feminino". (Voz do Povo, Rio de Janeiro, 7 fev. 1920. p. 2). A importância da educação era, assim, firmada como um dos objetivos principais Grupo, que se dava a conhecer por meio da divulgação do manifesto. Mais do que informar às mulheres a sua existência enquanto grupo de estudos, o manifesto procurava sensibilizá-las para que se associassem a agremiação, cujo fim último era a emancipação feminina.

Esse manifesto explicava, ainda, o interesse do Grupo em estudar e debater "... com ardor os palpitantes problemas da questão social...procura[ndo] elevar, por meio de conferências, congressos, escolas e cursos de ciências e artes, o nível intelectual e moral de suas associadas". (Voz do Povo, Rio de Janeiro, 7 fev. 1920. p. 2). Embora o Grupo firmasse como proposta principal o debate de assuntos pertinentes a questão social, enfatizando seu interesse pelas desigualdades sociais, o texto sugere que não seriam deixados de lado os temas que envolviam a sexualidade, objetivando, nessa direção, tanto a elevação intelectual como moral de todas as suas integrantes.



Suas produções foram inúmeras; redigiu e administrou o periódico Nuestra Tribuna (1922-1925, Necochea-Tandil-Buenos Aires), no qual demonstrava uma enorme vontade de levar suas ideias para todas e todos e criar um círculo de discussões em favor do anarquismo e das mulheres. Redigiu, também, um folheto com uma série de textos sobre mulheres e Anarquia intitulado Mis Proclamas, o qual foi publicado pelo Editorial Lux de Santiago de Chile, sem data identificada. Sua última publicação foi a autobiografia Historia de un ideal vivido por una mujer, publicada em 1964, cinco anos antes de sua morte.

No folheto Mis Proclamas, Juana Buela publicou textos das mais variadas temáticas que compreendiam de críticas ao feminismo, considerado à época limitante, por defender o voto e o acesso da mulher à esfera pública, até o estímulo à luta política, compreendida como ação transformadora.

Muitas vezes recorrendo a um tom intimista, suas temáticas eram direcionadas prioritariamente às mulheres, embora dialogasse com ambos os sexos. A busca pela liberdade da humanidade e pela emancipação feminina foram o forte do folheto Mis Proclamas e do periódico Nuestra Tribuna.

Considerando a mulher a escrava das escravas, Juana clamava pela liberdade:

¡Libertad! Te clama ansiosa la mujer, hija de doble esclavitud la esclavitud del marido y de una sociedad que la condena a sufrir todas las miserias morales, inherentes a su organizacion por demas defectuosa. (ROUCO, s/d, p. 28).

Ao recuperar aspectos da trajetória de vida e de militância de Juana Rouco Buela percebemos que essa mulher esteve envolvida nos principais fatos do anarquismo latino-americano, sendo sua atuação de fundamental na luta pela transformação da sociedade e pela emancipação feminina. Sua força inspirou e inspira gerações e sua memória permanece viva em outras mulheres e homens que decidem seguir os ideais anarquistas.

Diferente de Juana Buela, Maria de Lourdes Nogueira não deixou registros biográficos, aliás, como a maioria dos libertários dessa época. As referências sobre sua vida são escassas e apenas mediante o exame detalhado de alguns periódicos libertários, conseguimos perceber sua presença no movimento anarquista. Ela desponta no cenário político na segunda década do século XX, escrevendo nos jornais operários e anarquistas, participando de agitações populares, atos grevistas e comícios em praça pública, organizando ligas e grupos femininos de estudos, proferindo discurso inflamado e ensinando nas escolas libertárias. Consta que era professora, atuando, inclusive, no Colégio Pedro II. Foi seguidora do anarco-comunismo sistematizado por Kropotkin e Malatesta e discípula de José Oiticica, com quem tomava aulas de latim e grego.

Na esteira do Partido Comunista do Brasil[3], fundado no Rio de Janeiro a 23 de março de 1919, por iniciativa dos anarquistas, as militantes fluminenses fundaram a Liga Comunista Feminina em 27 de maio do mesmo ano.[4] Essa Liga foi fundada, orientada e administrada por mulheres anarquistas e tinha a pretensão de criar núcleos nos estados do Brasil para a propaganda do comunismo. (Liberdade, Rio de Janeiro, jul. 1919, p. 1). Lideradas pela professora Maria de Lourdes Nogueira, essas mulheres, nas “bases de acordo” da Liga, afirmavam seguir os “princípios do socialismo anarquista”.[5]

conseguinte, se não fossem instruídas dentro do modelo educacional proposto por ele poderiam se tornar perpetuadoras do modelo educacional tradicional, visto por ele como autoritário e repressor responsável por produzir indivíduos conformistas. Desta maneira a instrução feminina também integrava o projeto libertário defendido por Bakunin. “A mulher diferente do homem, mas não inferior a ele, inteligente, trabalhadora e livre como ele, é declarada seu igual nos direitos bem como em todas as funções e deveres políticos e sociais” (BAKUNIN, 2009, p. 55).
Ele defendia a igualdade entre os sexos. As mulheres, assim como os homens, deveriam participar ativamente das funções sociais. Não deveriam ser consideradas como indivíduos cuja existência fosse limitada à preservação da família, tendo como principal função a educação dos filhos. Bakunin defendia a união livre como substituta do casamento civil. Homens e mulheres teriam o direito de se unirem livremente e se separarem da mesma forma sempre que quisessem. A educação das crianças, frutos dessas uniões, não seria uma responsabilidade exclusiva da mulher, mas sim de toda a sociedade.

As instituições educacionais responsáveis pela instrução das crianças seriam mantidas por um fundo de educação oriundo das riquezas acumuladas pelos indivíduos que participassem da livre associação. Nessas espécies de comunas não haveria o direito à sucessão e nem à herança, portanto, tudo o que fosse acumulado por um membro da comuna deveria ser destinado após sua morte ao fundo de educação, garantindo dessa forma que todos tivessem acesso a um sistema educacional voltado para a emancipação dos indivíduos e dando a esses indivíduos oportunidades iguais de prosperarem nas funções que escolhessem exercer.
Toda a obra de Bakunin foi um reflexo de sua vida. Herdeiro das ideias de Hegel, Proudhon e Marx, entre outros, foi também influenciado pelo Romantismo e levou suas convicções até as últimas consequências. Esteve à frente de revoltas, participou de sociedades secretas, foi preso e exilado. Suas obras ficaram na maioria das vezes incompletas, pois não tinha nem tempo e nem lugar fixo para concluí-las. Os movimentos revolucionários dos quais tomou parte terminaram de forma desastrosa e ele morreu sem ver o seu sonho de uma revolução pautada nas suas ideias anarquistas acontecer. Contudo, apesar do seu desejo não ter se concretizado, Bakunin plantou a semente do chamado anarquismo revolucionário, que por décadas se espalhou pelo mundo. Bakunin pode ser considerado como o último dos chamados revolucionários Românticos. George Woodcock encerra seu livro sobre a história das ideias e do movimento anarquista com uma frase que pode sintetizar toda a teoria anarquista: “a força moral de um único homem que insiste em ser livre é maior do que a de uma multidão de escravos” (WOODCOCK, 2007, p.266). Essa frase serve como uma alusão à dedicação de grande parte da vida de Bakunin à luta pela liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKUNIN, Mikhail. A Instrução integral. São Paulo: Editora Imaginário, 2000.
_____Catecismo revolucionário e programa da sociedade da revolução internacional. São Paulo: Editora Imaginário, 2009a.
_____ Deus e o Estado. São Paulo: Editora Cortez, 1988.
_____ Essência da religião e o patriotismo. São Paulo: Editora Imaginário, 2009b.
_____ Estatismo e anarquia. São Paulo: Editoras Imaginário e Ícone, 2003.
_____ Obras. Madri: Jucar, 1978.
LONDON, Jack. Contos. São Paulo: Expressão popular, 2005.
WOODCOCK, George. História das Idéias e Movimentos Anarquistas. Porto Alegre: L&PM, 2007. v.II.
_____. História das Idéias e Movimentos Anarquistas. Porto Alegre: L&PM 2006. v. I

Anarquismo e Audiovisual: algumas reflexões

Festival do Filme Anarquista e Punk de São Paulo

Muito antes do nascimento do cinema, a arte e suas diversas formas de expressão já eram alvo das reflexões anarquistas, que se voltavam para o potencial da literatura, teatro, etc. como meios de fomentar mudanças sociais. O cinema nasce em 1895 na França, mas a princípio não será bem quisto pelxs libertárixs: em partes, a desconfiança que tinham vinha do fato de que era frequente desde o princípio o uso de fotografias e filmagens pela polícia para identificação e criminalização de militantes, e operadorxs de cinema eram inclusive consideradxs como potenciais ajudantes da polícia. Outras críticas que existiam eram a predominância dos interesses comerciais nas produções cinematográficas, o consequente caráter manipulador, a imagem ruim que muitos destes filmes davam ao povo, a anarquistas e a movimentos sociais, e mesmo a exploração sofrida por trabalhadorxs da área.

Passados alguns anos, o cinema começa a ser pensado com outros olhos. Já em 1908, o jornal Le Libertaire faz menções a projeções realizadas por anarquistas como forma de ilustrar suas palestras. Um pouco mais adiante, vai surgindo na França a proposta do uso do cinema com finalidades educadoras. Enquanto algumas reflexões seguiam no sentido do cinema como meio de educação para crianças e jovens, focado na pedagogia libertária, outras propostas se voltavam para seu uso junto a classe trabalhadora. Em 1913 se inicia o primeiro projeto militante anarquista francês que fazia uso do recém-nascido cinema: o Cinema do Povo, uma cooperativa que produziu principalmente filmes de ficção falando sobre os problemas da classe trabalhadora e direcionados para a própria. Outro momento histórico importante para o audiovisual anarquista foi durante a Guerra Civil Espanhola na década de 30, com a socialização da produção de filmes e entretenimento. Nesse contexto, salas de teatro e cinema passam para as mãos dxs trabalhadorxs em vários locais, e começam a ser produzidos dezenas de filmes de propaganda revolucionária, documentários e outros. Só em Barcelona foram feitos 46 filmes no período de 1 ano, e até hoje estes são os principais registros que temos da Espanha revolucionária.

No Brasil das últimas décadas, algumas das expressões de audiovisual que foram incentivando o uso das câmeras foram as bandas punks com seus primeiros videoclipes, e os protestos, atos de rua e eventos libertários como foco de registro - mesmo que de forma mais reduzida pela maior dificuldade de acesso a equipamentos nas décadas anteriores. Se por um lado muitas vezes essas filmagens eram simples registros de algo, sabemos também de experiências de sistematização desses registros e memórias pra criação de documentários sobre cena punk ou anarquismo, já nos anos 80 e 90 - o que viria a se ampliar a partir dos anos 2000.

Não caberia a este pequeno texto traçar todo este histórico, mas a opção por relembrar estas primeiras aproximações entre anarquismo e cinema, vem também para que ressaltemos a diversidade de funções que esta ferramenta foi ganhando com o passar do tempo. Isto nos mostra o quanto o contexto, a realidade e as necessidades que as lutas locais trazem, podem modificar a forma como usamos o vídeo como ferramenta de luta, e o quão versátil essa ferramenta pode ser.

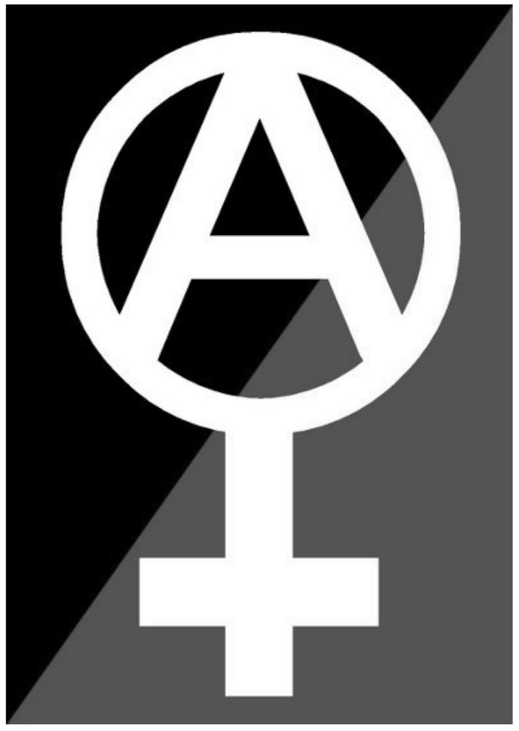
Na atualidade, diversas funções têm sido dadas a ela: romper o monopólio midiático por meio de mídias independentes e formas horizontais de comunicação/novas abordagens jornalísticas; denunciar questões sociais diversas; registrar as lutas populares e conta-las a partir de nosso viés; resgatar

constatando as aproximações desta com a FORA e entendendo a importância do movimento operário na cidade-capital. Juana Buela fez várias conferências sobre guerra e participou dos eventos da FORJ que criticavam a guerra. Colaborou com os periódicos A Voz do Trabalhador, A Voz do Padeiro, Guerra Social de São Paulo e redigiu algumas notas nos jornais A Época e Jornal do Brasil, dois dos maiores veículos da imprensa comercial do Rio de Janeiro naquele momento. (MARTINS; SOUZA, 2015:3090).

Na edição de 01 de outubro de 1914, em A Voz do Trabalhador, encontra-se um artigo intitulado “Contra a Guerra”, descrevendo a conferência que a libertária espanhola Juana Rouco Buela proferira no salão do Centro Cosmopolita, localizado no Rio de Janeiro. Nesta conferência, Buela abordou as razões e a repercussão da Primeira Grande Guerra, demostrando seus desdobramentos sobre o mundo operário. Ressaltou, também, como os adeptos do projeto anarquista deveriam se portar perante esse conflito internacional. Buela, ao se referir ao serviço militar, afirmou que a Alemanha equivalia a qualquer país beligerante, sendo todos responsáveis pela calamidade universal provocada pelos conflitos militares. (MARTINS; SOUZA, 2015:3091).

[...] Diz Juana Buela não ser antipática a nenhum dos países beligerantes, porém nota que todos os clamores se levantam contra a Alemanha dizendo que a vitória desta seria a derrocada da civilização e o renascimento da barbárie militar. Historiando o serviço militar de vários países a oradora demonstra que são tais países equivalentes à Alemanha, cuja prova temos nas diversas comissões que se encontravam junto ao exército do Kaiser, aperfeiçoando-se a infamíssima arte de matar. [...] (A Voz do Trabalhador, 01 out. 1914, p.3).

No Rio de Janeiro Juana participou, ainda, de conferências no grupo Fraternidade e Progresso, localizado na zona sul carioca. Em suas palestras, procurava dar ênfase aos temas femininos e educacionais, explanando sobre a Escola Moderna e Francisco Ferrer y Guardia. O governo espanhol e sua repressão contra os anarquistas também se tornou tema de suas comunicações.



Durante uma conferência no Centro Cosmopolita, Juana Buela foi presa pelo Departamento de Ordem Social sob acusação de espalhar a desordem e a rebelião contra as autoridades brasileiras. Permaneceu detida por vários dias. Depois deste episódio e de outros momentos difíceis passados nas cidades brasileiras de Rio de Janeiro e de São Paulo, regressou a Argentina, onde estava sua mãe, quando descobriu que sua deportação fora anulada. (ROUCO, 2012, p. 49)

Sua primeira participação em uma manifestação anarquista foi em 01 de maio de 1904, quando tinha 15 anos de idade. Organizada pela Federación Obrera Regional Argentina (FORA), esse protesto aconteceu na Plaza Mazzini, na qual conferencistas falavam para as trabalhadoras e os trabalhadores. Seu ingresso nas manifestações de rua foi marcado por violência; a polícia, segundo a própria Juana Rouco Buela, atacou e feriu diversos manifestantes. Seu "batismo de sangue" foi, assim, marcado pela morte de um militante, que, privado da vida, foi carregado nos braços dos companheiros e companheiras até a sede da FORA. (FINET, 2012, p. 11).
No ano de 1905 foi realizado o congresso da FORA, no qual o anarquista Francisco Llaqué, que fazia parte do grupo editorial de La Protesta, representou a Refinaria Argentina de Rosário. Nesta Refinaria o corpo de funcionários era formado, em sua maioria, por mulheres. Foi Francisco que ofereceu a Rouco a credencial e, assim, a libertária deu seu primeiro passo decisivo rumo ao movimento anarquista. O primeiro Centro Feminino Anarquista da Argentina foi organizado em 1907, por Juana e sua companheira María Collazo. Outras mulheres também fizeram parte dessa iniciativa, como por exemplo, Virginia Bolten, Violeta García, Teresa Caporeletti, Elisa Leotar. (ROUCO, 2012, p. 14).

Integrando a FORA, Juana tinha consciência sobre a importância de mulheres e homens nas organizações e clamava por maior participação feminina no anarquismo. Para Buela, mulheres e homens precisavam andar juntos para que o anarquismo pudesse se organizar fortemente em busca de um objetivo comum: a Revolução Social.
Após a grande greve dos inquilinos, organizada pela FORA nos fins de 1907, muitos anarquistas começaram a ser enquadrados na Lei de Residência (Ley de Residencia), sancionada no ano de 1902 pelo presidente Roca. Anarquistas como Pañeda, García de la Mata, Virginia Bolten e seu marido Manuel Manrique, e a própria Juana, deportada com 18 anos, após ser considerada uma mulher perigosa por ameaçar o Capital e o Estado. Juana Buela retornou a Espanha juntamente com os companheiros Abril e García. Depois de participar de grandes eventos anarquistas em Barcelona e outros em Madri, Juana foi ameaçada pelo governo espanhol que não podia expulsá-la, já que era espanhola, mas "sugeria" que a libertária saísse do país voluntariamente. Em março de 1908, Juana partiu para Marselha (França), onde foi acolhida por amigos dos companheiros de Barcelona. Na cidade revolucionária, Rouco enfrentou meses de internação por problemas respiratórios e contou com a ajuda de companheiros e companheiras anarquistas para se reestabelecer, muitos destes, homens e mulheres, também tinham sido expulsos da Argentina.

Depois de passar pela Europa, Juana Rouco Buela retornou à América, sendo recebida em Montevidéu por amigos, como Virginia Bolten, Ucha, Berri e outros tantos deportados pela Lei de Residência. Na capital Uruguaia, participou de conferências, publicou em periódicos e aprofundou seus estudos sobre o anarquismo e a questão feminina. Em sua passagem por Montevidéu publicou, juntamente com Virginia Bolten, o periódico La Nueva Senda (1909-1910).

No ano de 1914, Juana chegou ao Brasil pelo porto de Santos, viajando, a seguir, até o Rio de Janeiro, onde encontrou diversos companheiros e companheiras anarquistas. Na capital federal do Brasil, manteve contato com o professor José Oiticica, interessando-se pelos textos escritos por este intelectual anarquista. Conheceu a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ),

histórias deixadas de lado ou distorcidas pelos grandes meios de comunicação; controlar e denunciar ações policiais em manifestações; divulgar atividades nas ruas via internet em tempo real; provocar reações e reflexões nas pessoas e catalisar discussões mais profundas; gerar debates coletivos em cineclubes e espaços de exibição; apoiar processos de aprendizado e ensino; expressar artisticamente questionamentos e ideias, e por aí vai. Enfim, enquanto anarquistas podemos nos apropriar do vídeo de inúmeras formas e com inúmeros propósitos, e isso faz dessa ferramenta ainda mais interessante.

Sempre vão existir histórias anarquistas pra contar ou ideias pra expressar, a partir do momento em que nos mantemos sempre em movimento, sempre criando, rompendo, construindo e subvertendo nossos contextos... E se isso é contínuo, sempre vão surgir novas experiências e aprendizados, coisas que podem ser compartilhadas com outras pessoas, inquietações que podem ser semeadas. E o registro disso sempre será importante, o vídeo é um meio de capturar estes momentos e memórias, de expressar por meio de imagem as questões que temos em mente. E o alcance disso foge totalmente do nosso controle, se espalha e chega a locais onde não chegaríamos fisicamente ou não imaginaríamos chegar, atinge pessoas que não conhecemos e nem vamos conhecer, cataliza discussões e debates e, outras partes do mundo. Tudo isso é muito potente.

Mas afinal, o que seria um "audiovisual anarquista" - se é que podemos definir isto?



Por mais que o significado pareça implícito na própria palavra, como algo óbvio, fazer essa definição é mais difícil do que parece. Seria aquele filme feito exclusivamente por indivíduos ou coletivos anarquistas? Ou poderia ser aquele que, independente do direcionamento político de quem o faz, trás em si questionamentos, reflexões e ímpetos libertários? Um filme com temática ligada ao anarquismo também pode não ser especificamente anarquista dependendo da forma como foi produzido?

E a forma como é produzido tem importância nestas questões? Existiria alguma estética, linguagem ou característica que o defina? Essas produções tem alguma função específica ou podem ter múltiplas funções conforme o contexto? Para responder a essas perguntas poderíamos seguir para vários caminhos e na realidade em cada contexto e momento histórico seria possível dar diferentes respostas a elas, e mesmo nos deparar com outras perguntas e inquietações bem distantes das que apresentamos até aqui. De toda forma, não queremos colocar a ideia do audiovisual anarquista como um gênero cinematográfico - um filme que você olha a sinopse e está escrito "drama, 58min., anarquista". Também não acreditamos que seja possível criar uma definição única e fechada do que seja isso, porque ao fazê-lo estaríamos negando as inúmeras possibilidades e diversidade de formas que pode ter, matando assim todo o seu potencial. Consideramos o audiovisual anarquista muito mais como uma PRÁTICA, que deve estar necessariamente inserida em um determinado contexto de luta, e ter suas necessidades específicas levadas em conta. É a partir dessas necessidades que vão surgir as respostas sobre qual a melhor linguagem, gênero, formato, estratégia,etc. para o filme que será produzido, qual a melhor forma de comunicar o que se pretende, como, onde, por que. E assim as possibilidades de uso do audiovisual se tornam múltiplas, livres, e muito mais eficazes.

Nossas experiências neste sentido não têm um viés acadêmico ou cineasta, pelo contrário levam em conta diretamente as ideias de faça-você-mesmx, autodidatismo, compartilhamento de conhecimentos, e das práticas que surgem a partir das lutas. Com base nessas experiências, acabamos por encontrar algumas indicações que podem trazer possíveis respostas, contribuir com novas reflexões, ou ao menos trazer novas perguntas.

Se pensamos no audiovisual anarquista como uma prática, a primeira coisa que vem a tona é o próprio processo de produção. É importante pensar em como o filme está sendo feito não só nas questões técnicas, mas nas relações entre quem o faz: no ato de fazer já se encontra nosso projeto político, e não apenas no conteúdo ou no objetivo final. Assim, buscamos formas de organização e produção dos filmes que levem em conta relações horizontais, autogestivas, sem hierarquias, com decisões baseadas em consenso. As produções anarquistas se tornam um processo coletivo, desafiando a forma tradicional e hierárquica do cinema capitalista.
As formas de se passar adiante para outrxs companheirxs os conhecimentos técnicos e teóricos sobre produção audiovisual também estão inclusas nisso: se acúmulo de conhecimento significa poder, como difundir e compartilhar o que sabemos para multiplicar as iniciativas? Mais uma vez vem à tona o autodidatismo, faça-você-mesmx, compartilhamento de conhecimentos. E essa é uma das potencialidades dessa ferramenta: seu uso está para além de apenas um circulo de pessoas com conhecimentos acadêmicos ou técnicos mais profundos. A ideia de faça-você-mesma se aplica muito ao audiovisual: pessoas e coletivos que sentem a necessidade de expressar suas ideias e propostas por meio do video, e que se aventuram a aprender na prática.

Outra questão no mesmo sentido é sobre como o filme dialoga e se comunica com as pessoas que o assistem, buscando uma preocupação maior com a relação entre vídeo e espectador. Seria possível romper a posição de autoridade daquela pessoa que comunica algo ante aquela que apenas assiste e recebe esta suposta “verdade” comunicada? Seria possível criar uma via que não seja apenas de mão única, mas que possibilite diálogo e comunicação mútua entre quem produz o filme e quem assiste? Como possibilitar que espectadorxs sejam participantes ativos? Como tratar as pessoas que assistem suas produções para além de merxs consumidorxs de algo?
E quanto às pessoas que participam do filme, seja como entrevistadxs, atorxs, etc? Pensar na relação entre quem faz e quem participa, por meio de uma produção compartilhada e horizontal, é mais um ponto de reflexão importante.
Quando filmamos o depoimento de uma pessoa, ela comunica algo que deseja falar. Porém somos nós, que estamos fazendo o filme, que iremos escolher o enquadramento, possivelmente fazer perguntas que levarão a conversa para determinado rumo, e por fim fazer a edição. E nesse processo todo, acabamos por dar um direcionamento nosso para o depoimento; e a edição, reunindo diversos depoimentos e imagens, por fim vai criar uma narrativa construída por nós mesmxs.

Isto pode ou não estar de acordo com o que as pessoas que participam esperavam, e é aí que entra a importância de possibilitar diálogos e espaços horizontais em que estas outras pessoas tenham voz e participação.

Memória da luta feminina pela Anarquia: Juana Rouco Buela e Maria de Lourdes Nogueira (Buenos Aires e Rio de Janeiro)

Angela Maria Roberti Martins [1]
Ingrid Souza Ladeira de Souza [2]

** As citações se encontram na página 29*

É possível constatar a presença ativa de determinadas mulheres entre os inúmeros militantes, nacionais e estrangeiros, que atuaram em cidades como Buenos Aires e Rio de Janeiro nas duas primeiras décadas do século XX. Com empenho e energia as mulheres defendiam as ideias libertárias, combatendo a autoridade do Estado, o modelo capitalista de produção, a opressão religiosa e propugnado formas outras de viver, para as quais seriam fundamentais a produção de novas subjetividades, atingindo o campo da moral.
A questão da produção de subjetividade se fez presente na dinâmica social vivida pelas/os militantes, principalmente as mulheres, integrando a luta das/dos anarquistas para destruir o poder do Estado e os micropoderes, tanto quanto para transformar a vida econômica, as relações sociais opressivas, autoritárias, hierárquicas e desiguais, as relações de gênero, os códigos que circunscreviam a sexualidade, garantindo experiências pioneiras. Nesse sentido, dedicaram-se a debater questões das mais fundamentais ao ser humano, como a emancipação feminina, o amor livre, a livre união, a livre desunião, a sexualidade, a maternidade voluntária e consciente, o ciúme, o desejo carnal, o prazer sexual, a educação, apontando para a destruição de regras coercitivas em benefício de uma ética libertária, orientada por formas mais livres e igualitárias de viver.
Nas experiências femininas do anarquismo alguns nomes merecem ser (re)encontrados, como por exemplo, o da espanhola que militou na Argentina, Juana Rouco Buella e o da brasileira Maria de Lourdes Nogueira. Essas mulheres libertárias marcaram presença tanto nos movimentos políticos, quanto nas mobilizações socioculturais implementadas pelo conjunto dos ativistas. E ainda que o anarquismo tenha adquirido significado diferente para cada uma delas e suas atuações tenham sido experiências ímpares, até mesmo pelo tempo e lugar em que militaram, certamente essas mulheres, mais ou menos anônimas, encontraram no movimento, para além de uma forma de integração social, um meio de mobilização das energias femininas em favor de uma resistência e luta que se materializou de múltiplas maneiras, abrindo a possibilidade de transformar a si mesmas e a sociedade em que viviam e atuavam.

Nascida em 1889 em Madri (Espanha), filha de pais operários e órfã de pai aos quatro anos, Juana Rouco Buela teve sua trajetória confundida com a do anarquismo latino-americano no princípio do século XX. Rouco e sua mãe emigraram para Buenos Aires em 24 de julho de 1900, quando foram morar com seu irmão mais velho, Ciriaco. Quando chegou a América Juana só sabia escrever o próprio nome e fazer contas matemáticas; aprendeu a ler e escrever por meio da ajuda de seu próprio irmão e, em seguida, começou a trabalhar para ajudar financeiramente a sua família. Neste momento, Juana começou a participar de assembleias e reuniões de caráter operário, dedicando-se a estudar os problemas socias e frequentando assiduamente conferências nas quais essas questões eram discutidas. (ROUCO, 2012, p. 11).

Poesia de uma vira-lata

Fomos jogadxs pra margem
Nunca vimos a tal da liberdade
Isso não se encaixa
na nossa realidade e tudo que
nos sobrou foi cocaina e armas
E não tivemos a opção de nega-
las
Agora o crime, o crime faz parte
de nossas quebradas
É governo agradecemos todas as
armas que serão usadas pra
cortar a cabeça de cada um de
vocês
Nesse jogo, chegou a nossa vez
Descaso social, genocídio do
povo preto aplaudido de forma
natural
Feminicidio visto como crime
passional
Meu discurso de ódio, repúdio,
revolta incomoda, e é pra
incomodar né
Deve ser foda ver que os pretos
vão lutar
Pode até me chamar de
vulgar pois nosso dialeto vocês
não vão arrancar
O sangue da escravidão ainda
escorre entre becos e vielas de
nossas favelas, e não
Eu não perdoarei os
colonizadores
Se caso houvesse perdão, vocês
devolveriam cada um dos meus
irmãos?
E porque ficamos calados enquanto
o governo nos trata como
escravos?
Brancos engravatados roubando a
liberdade do favelado
Direito de ir e vir, eu nunca vi
por aqui, a policia so faz
oprimir e a TV iludir
Eu to cansada de guerra de facção
vendo irmão matando irmão
Aqui, Deus parece ilusão, os olhos
estão vendados, as bocas
amordassadas
Mãos e pés amarrados a revolta
foi tomada por drogas e armas
Mentes brilhantes trancadas em
jaulas, dopadas pela violência do
sistema
E meus irmãos crendo que o crime
é o dilema
Onde a morte veste farda,
enquadra, tortura
psicologicamente
Molesta corpos de afro-
descendentes
A morte aqui abusa do poder
Fez o pacto pela vida, mas aquela
coisa; corre pra viver, mas se
ficar vai morrer
A morte não quer nem saber
E o proximo neguinho que passar é
só destravar, descarregar
Corpo em qualquer lugar é lugar.
E quem viu, nada vai poder falar
A morte forja caminhada, o neguim
só voltava pra casa
Na mídia história mal contada
Assalto a mão armada
A morte não para, colecionando
estatística na farda
E quem carrega o fardo é a mãe de
mais um favelado

Pensar nisso, além de ser algo respeitoso com as pessoas envolvidas, possibilita mais uma vez romper relações de hierarquia e autoridade no processo de produção, e evita possíveis apropriações e distorções. Aqui ainda surgem mais questões, relativas à segurança. Como falamos antes, as tecnologias tem sido apropriadas desde sempre pela polícia e Estado para criminalizar movimentos sociais e todas aquelas pessoas que de alguma forma se tornam um "incômodo" para a lógica de funcionamento do sistema. Filmagens, fotografias, gravações e outros meios de registro são instrumentos privilegiados de controle e investigação policial. Sendo assim, é preciso ter isso em mente durante todo o processo de produção de um filme, ou mesmo no registro de atividades e eventos. Avaliar se estamos expondo pessoas contra suas vontades, se podemos coloca-las em risco de alguma forma, se elas estão de acordo em aparecer no filme, e por aí vai.

E já que entramos na questão das tecnologias, mais algumas problemáticas vem à mente. A lógica de consumo do capitalismo se reflete de forma brutal na tecnologia: estamos a todo momento sendo bombardeadxs por mais e mais tecnologias ultramodernas, que se por um lado facilitam, por outro criam necessidades antes inexistentes. A cada dia novos computadores, câmeras, softwares e equipamentos são criados, e pouco a pouco o que usamos se torna obsoleto e precisamos de novos equipamentos, mesmo contra nossa vontade - já que pra editar o material que filmamos com a câmera X que tem a qualidade que consideramos boa, precisamos do software Y, que só roda no computador Z, e assim por diante. São demandas ditadas pelo capitalismo, e para produzir filmes muitas vezes acabamos ficando inteiramente dentro dessas demandas.

Neste contexto, como podemos nos apropriar das tecnologias sem que estas demandas tecnológicas acabem por se tornar mais importantes do que nossas demandas de luta?

Isso é possível de alguma forma? Podemos criar para além dos padrões de qualidade de imagem ou mesmo explorando o não padrão e a suposta "falta de qualidade"? É possível construir nossos próprios equipamentos a partir de coisas obsoletas - algumxs amigxs tem tido resultados muito interessantes nesse sentido!



Outro braço deste mesmo problema se encontra na imposição de padrões estéticos pela grande indústria cinematográfica e meios de comunicação, que colocam em pauta questões inteiramente relacionadas com as necessidades do mercado. Televisão, cinema "hollywood" e grande indústria do cinema acabam ditando a forma ideal de filme a tal ponto que quando percebemos estamos reproduzindo estas mesmas estéticas e padrões em nossos filmes, sem sequer perceber. Nossos olhos acabam sendo moldados sem que sequer percebamos isto. Rever e desconstruir nossos olhares é algo de extrema importância, se queremos comunicar visões libertárias. Assim, será possível construir uma estética que possa romper com os padrões comerciais de produção, e recriar nossos imaginários a partir de horizontes de liberdade. Este talvez seja um dos exercícios mais difíceis que podemos fazer: vai muito além de qualquer habilidade técnica, está entranhada em nossos corpos.

Mas, para não dizer que tudo está caminhando bem, por vezes a difusão do material chega a ser mais trabalhosa e cara do que a produção do mesmo. Como assistir a um vídeo hoje sem se pensar em youtube, netflix, vimeo e outros sites famosos? É possível criar nossas próprias redes autônomas de difusão e compartilhamento? Na era das redes sociais e da internet, com uma espécie de “isolamento digital” que tem sido fruto dessas novas lógicas, os cineclubes já não mantêm os mesmos números de frequentadorxs que antes e as trocas de materiais libertários em formato físico também caíram bastante. Se outrora o ato de assistir um filme era algo muito mais coletivo, já que demandava um telão ou projetor – seja nos cinemas ou em cineclubes, seja com finalidades de entretenimento ou para debates e reflexões – hoje foi se tornando algo a se fazer de forma cada vez mais individual, em nossos computadores portáteis e celulares. E isso tem se refletido muito na frequência das pessoas em espaços de exibições fora dos grandes circuitos comerciais, como os cineclubes.

Acreditamos que os festivais de filmes anarquistas pelo mundo, assim como as mostras e cineclubes que resistem, fazem parte da saída que pretendemos. Resta pensar em como articular esses espaços, criar nossos vínculos, atar nossas redes. Enfim, como dissemos no início, este pequeno texto trás muito mais perguntas do que respostas. Mas são questões que acreditamos serem pertinentes e que, por outro lado, podem e devem ter infinitas respostas conforme cada contexto. É uma pequena contribuição que fazemos para que as produções audiovisuais anarquistas se ampliem, multipliquem e espalhem, e que novas reflexões sobre essa ferramenta possam surgir. Por essência, acreditamos que o vídeo anarquista não deve ter fórmulas, regras ou métodos únicos, deve ser plural, diverso e livre. Sendo assim, que mais e mais inquietações e questões continuem surgindo!

[Arte: Marcos Paulo Artes]



Combatendo a invisibilidade: LUCY PARSONS

[Mirna Wabi-Sabi]

Lucy Parsons nasceu em 1853, provavelmente escravizada, no Texas (EUA). Mais tarde entrou no movimento operário e se mudou para Chicago, a cidade onde morreu aos 89 anos de idade (em 1942). Ela escrevia para o jornal que seu marido Albert editava chamado *The Alarm* (“O Alarme”). Não só escrevia, mas organizava trabalhadores e era uma grande oradora.

Em 1886, ela foi uma figura primordial na luta épica anarcossindicalista que resultou na morte de 4 pessoas, 7 policiais, e onde vários foram feridos e presos: a Revolta de Haymarket. A "jornada de oito horas de trabalho" em Maio de 1886 foi um confronto fatal entre trabalhadores(as) e policiais- mãos do Estado capitalista. No fim de 1887, depois de um longo e doloroso processo legal de investigação, seu marido foi brutalmente executado, ao lado de 3 outras lideranças anarquistas e sindicais, por seu envolvimento na revolta- um fenômeno que até hoje é imortalizado no feriado de 1º de Maio, mas infelizmente não é propriamente lembrado.

Mesmo depois de tantas tentativas do Estado de interromper o trabalho dessa mulher, sua atuação política não se abalou. Em 1905 ela foi uma das fundadoras de um sindicato de extrema importância, o *Industrial Workers of the World* (“Trabalhadores Industriais do Mundo”), que até hoje deve nos servir como inspiração de organização revolucionária trabalhista, capaz até de unir forças socialistas e anarquistas.

Emma Goldman e Lucy Parsons tinham conflitos ideológicos que alguns acreditam ser geracionais. O feminismo de Lucy era fundado em princípios da classe trabalhadora, enquanto Emma abstraia o conceito e o aplicava a tudo e em qualquer lugar. Hoje podemos facilmente interpretar isso como uma disputa entre o feminismo interseccional e o feminismo branco. Para Lucy, a opressão do negro, do trabalhador e da mulher vem igualmente da conjuntura capitalista. Enquanto Emma acreditava na libertação da mulher em si, como algo isolado da teoria de classe. Alguns chamariam Emma de burguesa, enquanto outros chamariam Lucy de comunista que prioriza a luta classe sobre a da mulher.

Olhar pra história nos ajuda a evitar a constante reinvenção da roda como se fosse novidade. O que podemos reconhecer agora é que o Anarquismo tem sido um campo político hostil pra segmentos racialmente marginalizados da população, como praticamente todos os campos eram, e de alguma forma ainda são. Analisar o porque disso é essencial para podermos desconstruir e desaprender esse comportamento prejudicial. A incapacidade de reconhecer uma outra realidade é o que causou tanta animosidade entre essas duas grandes pensadoras anarquistas. Ser feminista sem ser anticapitalista e antirracista não significa nada. E se não esperamos de nossos e nossas pensadores e pensadoras um claro posicionamento em relação à isso, nós temos um problema; Um problema que manterá o campo ideológico anarquista ruidosamente burguês e branco.

A mesma terra que você uma vez lavrou como escravo, você ainda lavra como um escravo-assalariado, e na mesma cabana que você uma vez entrou sem saber que seria vendido e separado da esposa e dos pequenos antes do anoitecer, você agora entra com pavor de ser morto pela mão assassina daqueles que uma vez simplesmente teriam te vendido se não gostassem de você.

Na verdade, sua situação ainda é deplorável. Será que as palavras suaves e delicadas do candidato que deseja seu voto irão emancipá-lo dessas condições? Quem tentou acreditar na ilusão com mais fidelidade que você? Isso te fez algum bem? A oração permanecerá a mão do opressor? Quem orou com mais zelo do que você? Isso já foi de alguma valia para você? Então, claramente, seu caminho para a redenção não está ao longo desse trajeto. Mas seu caminho no futuro, caso você valorize a liberdade real, é deixar a política para o político e a oração para aqueles que podem mostrar onde ela fez mais bem do que jamais fez por você, e dar as mãos para aqueles que estão se esforçando pela liberdade econômica.

Você pode adivinhar o que essa liberdade significa? Casas para o produtor sem-teto de hoje, e somente aqueles que produzem devem tê-los, e os diligentes não devem mais alimentar os poucos ociosos que se revoltam em luxo e facilidade.

Quanto aos periódicos e condenáveis massacres locais que és sempre responsabilizado, você deve se vingar do seu jeito. Você é surdo, mudo e cego para as atrocidades a que está sendo sujeitado? As feridas escancaradas de seus companheiros moribundos tornaram-se tão comuns que elas não o comovem mais? O seu coração é de pedra ou suas palpitações são tão covardes que você apenas foge até sua miserável morada e não resiste? Você precisa de algo para te encorajar a agir? Então, olhe no olho manchado de lágrimas de sua esposa e filhos famintos ou pense em seu filho que foi enviado para os grilhões de uma gangue ou talvez assassinado na porta de sua casa. Você precisa de realidades mais horríveis do que estas para incitá-lo a atos de vingança que, ao menos, farão com que seus opressores o temam? E este é o começo do respeito! Você me pergunta o que eu faria se eu fosse como você, pobre, desarmada e indefesa? Você não está absolutamente indefeso.

Há a tocha do incendiário, que tem sido conhecida por mostrar assassinos e tiranos a linha de perigo, além da qual eles não podem se aventurar com impunidade, não pode ser arrancada de você.

[Tradução do texto "The Negro" de Lucy Parsons, escrito em 3 de Abril de 1886]

Lucy E. Parsons

O negro, a negra:

Deixe que ele(a) deixe a politica para o politico e orações para o pregador



Quem já esteve à beira do mar e observou o estranho traço das ondas incessantes e não se cansou de sua mesmice monótona? Ainda ha ocasionalmente uma onda que poderia atrair e fixar a nossa atenção por um momento, ressaltando-se acima do resto e, assim, tornando-se notável.

Quem, a não ser uma alma devota a esse movimento operário, as vezes não se cansa – um exaustivo cansaço, beirando um desgosto com a aparente mesmice e exaustiva monotonia do sistema salarial, como retratado por aqueles engajados nos nobres trabalhos de expor as hediondas desigualdades do atual sistema econômico? No entanto, como as ondas, surge em meio de toda essa monotonia um errado às vezes tão ou mais gritante em todos os seus detalhes que não apenas nossa atenção é atraída, mas nossas simpatias são convocadas.

Quem, cercado mesmo quando estamos no meio de organizações cuja missão é retratar os erros a que a classe sem propriedade está sujeita, poderia ajudar mas fica horrorizado e solta um suspiro e talvez deixar cair uma lágrima enquanto liam a reportagem gráfica assinalada para nós do terrível massacre dos pobres e indefesos escravos-assalariados em Carrolton, no estado do Mississippi?

Indefesos, inflingidos pela pobreza, cercados por seus inimigos fatais; vítimas não apenas de seus infortúnios, mas de um preconceito profundamente arraigado, cego e implacável, esses nossos semelhantes são assassinados sem motivo.

Este é o resumo da história: Os fatos simples e nítidos desse ultraje condenável que, com esse e com quase inumeráveis ocorrências de uma natureza semelhante perpetradas contra essas pessoas, deveriam trazer um toque de indignação ao rosto de toda alma que pode em algúm nível compreender o significado da palavra Liberdade!

Enquanto estes são os fatos simples, qual é a lição que eles ensinam? Há alguém tão estúpido a ponto de acreditar que esses ultrajes foram, estão sendo e serão amontoados sobre o(a) negro(a) porque ele(a) é negro(a)? De jeito nenhum. É porque ele é pobre. É porque ele é dependente. Porque ele é mais pobre do que seu irmão escravo-assalariado branco do Norte.

E para o próprio(a) negro(a) diríamos que sua libertação reside principalmente em suas próprias mãos. Você é o Hilota moderno. Você semeia, mas outro colhe. Você ara o solo, mas, para o proveito de outro. Quem é esse outro que continua a usufruir do fruto da sua indústria? Não são eles aqueles preguiçosos que você recentemente reconheceu como seus senhores, e que estão absorvendo todo o produto do seu trabalho sem, ao menos, retornar-lhe como fruto de seu trabalho o suficiente para comida e roupas decentes? Pois eles nem sequer são movidos pelo interesse monetário que eles tinham em você nos anos anteriores.

O chicote do capataz agora está totalmente suplantado pela chicotada da fome! E o leilão de escravos pelos grilhões de uma quadrilha e cela prisional!



[Arte: Vitor Ciosaki - cargocollective.com/vitorciosaki]